



Painel Água e Sociedade: A atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Evento: 1º FÓRUM BRASIL DAS ÁGUAS

Data Apresentação: 05 de agosto de 2024

Local: Foz do Iguaçu – Brasil

Título/Tema/Artigo: Água e Sociedade - A atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas

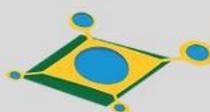
Autor: Francisco Carlos Castro Lahóz

Publicação: Acervo Técnico do Evento

Promotora do Evento: Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB)

Resumo:

Existia o Código das Águas de 1934. A “Campanha Anos 2000 – Redenção Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba – SP, levou a formação do Consórcio PCJ em 1989 e, alavancou a primeira Política dos Recursos Hídricos do Brasil (Lei Nº 7663/1991 – SP), e a criação dos Comitês PCJ Paulista (1993), entre outros excelentes resultados. As mídias sociais e a disseminação da informação registram um papel importante para estimular a participação. Além das mídias sociais, O Consórcio PCJ mantém o Jornal “Água Viva”. Promove, também, o “Prêmio Ação pela Água”, desde 2000, fomentando a inclusão da sociedade, no processo de gestão. Durante a Pandemia “Covid-19”, pelas dificuldades de deslocamento à Brasília, a adoção do CNRH em realizar reuniões virtuais, a partir de 2020, ampliou de forma gigantesca a participação nacional. As tentativas da ONU, WWC, Redes de Organismos de Bacias (REBOB, RELOB, RIOB, Conselho Latino, entre outros), tem sinalizado excelentes caminhos, metodologias, como exemplo a “Agenda 21” da “Eco-92-RJ”. Existem modelos, para elaboração de projetos, elaborados por iniciativa de Governos Estaduais e por empresas, como é o caso da Petrobras Ambiental. Propor a elaboração de propostas desses projetos, pelas Universidades, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Estado e Ministérios, entre outros poderão fazer toda a diferença. Pois através de parcerias, a inclusão da participação da sociedade, poderá ser viabilizada. É importante repassar a Sociedade “Quem é Quem na Gestão dos Recursos Hídricos” para que os agentes existentes sejam procurados.



Assembleia Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB).

Temática Central: RECURSOS HÍDRICOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: COMO A GESTÃO DE BACIAS PODE SER MAIS RESILIENTE?

Data: 6 a 10 de outubro de 2024

Local: Centro de Congressos Cité Mondiale, 18 Parvis des Chartrons, 33000 Bordeaux - França.

Título/Tema/Artigo: Planejamento e ferramentas para a gestão quantitativa dos recursos hídricos ao nível da Bacia Hidrográfica.

Autor: Francisco Carlos Castro Lahóz

Publicação: Acervo Técnico do Evento

Promotora do Evento: RIOB

Resumo:

O primeiro passo, que antecede a iniciativa do planejamento, visando amenizar ou equacionar o estresse hídrico, é a manifestação do usuário de determinada Bacia hidrográfica, seja ele: urbano, rural ou industrial. Experiências de sucesso recomendam utilizar, como base, de Associações comuns, já existentes na Bacia Hidrográfica. As ajudas do Poder Público, quer seja local ou de domínio da união, será muito bem-vinda, se possível. A criação ou adoção de uma Política de Gerenciamento dos recursos Hídricos, em muitas experiências, praticadas em vários países, nasceu da organização crescente de iniciativas simples de uma Bacia Hidrográfica. A “Eco 92 ou Rio 92”, Brasil/1992, indicou a “Agenda 21”, como uma metodologia aplicada pela própria sociedade da bacia hidrográfica. Existe um exemplo prático no Brasil, que iniciou há 40 anos, na Bacia do rio Piracicaba, localizada na região leste do Estado de São Paulo e, hoje essa Bacia Hidrográfica está atingindo a universalização do saneamento. A sociedade, após um momento inicial de debates e organização, criou em 1989, uma Associação de Usuários denominada Consórcio PCJ, que através de parcerias e negociações com os Governos e todos os segmentos da sociedade, chegou a Políticas dos Recursos Hídricos, para essa região e para todo o país. Essa Bacia Hidrográfica, que é de estresse hídrico crônico, abastece 10 milhões de habitantes, sendo parcela da Cidade de São Paulo e o restante do interior do Estado de São Paulo. Com certeza é uma experiência exitosa e um bom caminho para ser seguido.

Financé par



OFB
OFFICE FRANÇAIS
DE LA BIODIVERSITÉ



RÉGION
Nouvelle-
Aquitaine



Mesa Redonda de Congresso da AESABESP

Evento: Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (FENASAN)

Local: Centro de Convenções do Anhembi, São Paulo – Capital

Data da Apresentação: 24 de outubro de 2024.

Título/Tema/Artigo: Desafios e Oportunidades dos Municípios Brasileiros diante das Mudanças Climáticas e da Segurança Hídrica. – Apresentado em Mesa Redonda nº 9, Sala Cantareira 2.

Autor: Francisco Carlos Castro Lahóz

Publicação: Acervo Técnico do Evento

Promotora do Evento: AESABESP

Resumo:

A Política Estadual de São Paulo (Lei 7.663/91) fala no Sistema Integrado de Gerenciamento dos recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente, bem como, já a Política Nacional de Saneamento (2007) trouxe grandes avanços, mas faltou evidenciar que a base é a existência do produto água, assim como, o “Novo Marco Legal do Saneamento de 2020, não equacionou essa lacuna. A obrigatoriedade de um Plano de Saneamento Básico é um grande avanço, quase inócua sem a devida cobrança de seu cumprimento, fato destacado no “Novo Marco Legal” que impôs metas aos Contratos firmados com as Agências de Regulação, mas, a eficiência dependerá das penalizações, pelo não cumprimento. Uma ação em parceria envolvendo organismos públicos e iniciativa privada, Bancos e Organizações Nacionais e Internacionais de Fomento e Financiamentos, com a utilização de “Fundos Municipais”, poderia oferecer sustentabilidade a Programas de Conservação da Água, Revitalização de Corpos de Água e ações afins. Existe a necessidade do desenvolvimento e aplicação de uma sensibilização sobre os “Eventos Climáticos Extremos” e sua interferência no Sistema Integrado da Gestão, repassando a todos a responsabilidade universal sobre o combate a esses eventos. Seria a arte de se transformar “Um problema em oportunidade”. Os desafios estão atrelados a capacidade do aproveitamento inteligente de legislações atuais. As “Mudanças Climáticas”, se bem esclarecidas, para toda a sociedade, com detalhamento especial para os Gestores Públicos e da Economia, permitem o aval e adesão a “Programas e Ações Sustentáveis” e direta ou indiretamente geram retornos financeiros e ampliação da qualidade de vida.

